

# NOTAS SOBRE ALGUMAS DAS FONTES MAIS RELEVANTES PARA O ESTUDO DA MOEDA BRASILEIRA NO IMPÉRIO: 1822-1889

M. Teresa Ribeiro de Oliveira\*

## INTRODUÇÃO

**A** preocupação dos países emergentes com a formulação de políticas econômicas que assegurem um câmbio relativamente estável no mundo globalizado se acentuou a partir dos últimos anos do século passado e se tornou dramática para algumas economias nos primeiros anos deste século XXI. No caso das economias latino-americanas, tal preocupação não é novidade. Enquanto economias essencialmente exportadoras de matérias primas no século XIX e primeiras décadas do século XX, sua vulnerabilidade aos efeitos perversos de amplas flutuações do câmbio era grande. E esses efeitos não só aguçavam conflitos de interesses entre exportadores e importadores, populações urbanas e rurais, capital doméstico e capital externo como criavam sérios problemas à administração financeira do país.

A preocupação com um valor externo estável da moeda brasileira – exceção feita ao breve interregno da administração de Rui Barbosa como ministro da Fazenda – condicionou as medidas de política econômica implementadas no Brasil ao longo da primeira década republicana e no período que antecedeu à primeira guerra mundial.<sup>1</sup> Assim sendo, um estudo sobre a moeda brasileira, qualquer que seja o aspecto a ser exa-

\* Departamento de Economia da Universidade de Brasília. Artigos da autora publicados antes de 1992 foram assinados M. Teresa R. O. Versiani.

<sup>1</sup> Rui Barbosa foi o primeiro ministro da Fazenda na República, cargo que ocupou de 15 de novembro de 1889 a 17 de janeiro de 1891.

minado, deverá levar em consideração esse *desideratum* de estabilidade cambial.

Cabe ainda observar que, de acordo com o pensamento econômico predominante no período, o valor externo da moeda de um país só seria obtido se sua moeda fosse conversível e essa conversibilidade só seria assegurada se a política monetária adotada se conformasse às regras do padrão-ouro.<sup>2</sup>

O estudo da evolução da política monetária brasileira no Império é um estudo fascinante pois permite ao historiador acompanhar, por um lado, as divergências teóricas relativas à implementação de diferentes políticas e, por outro, descortinar as dificuldades de implementação de políticas monetárias ortodoxas. De fato, tais políticas só lograriam serem praticadas com relativo sucesso na virada do século XIX e primeiros anos do século XX, quando condições especialmente favoráveis ao comércio internacional tornaram factível sua implementação.

Uma das principais dificuldades encontradas pelo historiador econômico interessado em investigar a evolução da política monetária no século XIX e primeiros anos do século XX reside basicamente na falta de séries monetárias oficiais cobrindo o período. Essa situação força o historiador a dar seu voto de confiança a séries elaboradas por pesquisadores individuais a partir de pesquisas em fontes oficiais e privadas. Uma opção alternativa seria o pesquisador elaborar novas séries. Considerando, entretanto, a inexistência de séries oficiais completas esse pesquisador correria o risco de incidir nos mesmos problemas enfrentados por aqueles que já se deram a esse trabalho. Não obstante, há espaço para o aperfeiçoamento de algumas das séries monetárias históricas, hoje disponíveis. Tal revisão exigiria, entretanto, uma investigação detalhada das medidas de política monetária implementadas ao longo do período a ser revisto. De fato, somente um estudo minucioso dessas medidas permitiria que se apontassem possíveis erros nas séries já publicadas e se indicassem as correções a serem feitas.

<sup>2</sup> Assim não é de se estranhar que a política financeira expansionista implementada por Rui Barbosa provocasse tamanha celeuma levando a sua exoneração do cargo. De acordo com a visão então predominante, emissões de papel-moeda provocavam necessariamente depreciações no valor externo da moeda. O valor da moeda brasileira que ultrapassara os 27 d (ou 27 pennies) às vésperas da Proclamação da República passou a se depreciar mês a mês atingindo 19.78 d em janeiro de 1891.

FONTES PRIMÁRIAS PARA O ESTUDO  
DA POLÍTICA MONETÁRIA EXECUTADA NO IMPÉRIO

*Fontes primárias*

As questões monetárias estavam sem dúvida entre as questões econômicas que mais despertavam o interesse da população. Em uma economia exportadora de bens primários, como o era a economia brasileira antes da primeira guerra, essas flutuações da taxa de câmbio afetavam significativamente a renda real do consumidor doméstico assim as rendas em moeda nacional de todos aqueles que recebiam em divisas estrangeiras. Essas flutuações também alteravam o diferencial de preços entre o produto doméstico e seu similar importado, diferença essa muitas vezes crucial para o produtor interno. Efeitos diferenciados das depreciações de câmbio sobre a renda real dos diferentes grupos da sociedade aguçavam as discussões a respeito das medidas de política monetária adotadas.

De acordo com a visão predominante no Brasil do século XIX, as flutuações nas taxas de câmbio resultavam principalmente das alterações do meio circulante. Emissões de papel-moeda, excessivas em relação às necessidades dos negócios, provocavam um aumento na demanda por divisas estrangeiras causando uma depreciação do valor externo da moeda nacional. Assim, no caso de uma depreciação, a responsabilidade pela redução do valor da moeda cabia diretamente aos órgãos emissores e, indiretamente, ao governo que os endossava. Não é pois de se estranhar que os assuntos relativos à política monetária não se limitassem a discussões no Congresso mas fossem objeto de discussões em associações de classe e ocupassem um espaço significativo na mídia.

Um estudo da evolução das políticas monetárias implementadas no Império e de sua racionalidade requer, preliminarmente, uma consulta às leis e decretos promulgados, com o objetivo de identificar toda a legislação pertinente a questões monetárias.<sup>3</sup> Uma vez selecionada a legislação, sua tramitação no Congresso deve ser acompanhada. As discussões que ali se travavam sobre os projetos de lei apresentados permitem que se visualizem as posições teóricas predominantes no que tange às questões monetárias e interesses divergentes dos diferentes grupos. Especialmente esclarecedoras são as discussões travadas à época da discussão e aprovação do Orçamento do Governo.

Outra fonte importante para o pesquisador interessado na política monetária do Império reside nas declarações oficiais dos ministros encar-

<sup>3</sup> Ministério da Fazenda, *Legislação do Papel Moeda*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1923.

regados da Pasta da Fazenda, os responsáveis, em última instância, pela política implementada ou a ser implementada. Os Relatórios dos encarregados da Fazenda, embora constituam uma fonte importante de dados, devem ser, entretanto, usados com cautela, dada a preocupação subjacente desses ministros em justificar, tanto as políticas por eles adotadas nos exercícios findos, como suas propostas para exercícios vindouros.

### *Fontes secundárias publicadas no século XIX*

No que se refere a jornais da época uma fonte inestimável de informações se encontra no *Jornal do Commercio* e seus *Restropectos Commerciais* publicados anualmente.

Já quanto a publicações sobre a história da moeda no Império várias são as obras que abordam –com maior ou menor destaque e profundidade– as questões monetárias desse período. Dentre elas destacaremos aquelas que, a nosso ver, trazem maiores subsídios ao pesquisador. Iniciaremos nos referindo a obras de três autores que viveram toda, ou grande parte de suas vidas, no período do Império e que portanto expressam uma visão contemporânea dos eventos.

Dentre as obras escritas e publicadas durante o Império há que se mencionar a de Bernardo Souza Franco, publicada em 1848.<sup>4</sup> Souza Franco apresenta uma descrição detalhada dos bancos privados fundados a partir de 1838 e ao longo dos anos quarenta aos quais foi dada a faculdade de emitir vales, vales esses que passaram a exercer as funções de moeda. A consulta a sua obra é obrigatória em qualquer estudo de política monetária dos anos quarenta do século XIX. O capítulo II de seu livro é dedicado ao primeiro banco privado com direito a emitir vales, estabelecido com sucesso ao longo dos anos quarenta, o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Esse banco foi fundado no dia 10 de dezembro de 1838. Os capítulos seguintes tratam dos demais bancos emissores fundados na mesma década: o Banco da Bahia, estabelecido a 2 de abril de 1845, e o Banco do Pará em 14 de setembro de 1847.<sup>5</sup> Souza Franco discute em seu livro o direito de emissão de vales concedido pelo governo a bancos privados. Segundo ele, os vales emitidos pelos bancos constituíam de

<sup>4</sup> Bernardo de Souza Franco, *Os Bancos do Brasil*, Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1848.

<sup>5</sup> *Ibid.*, capítulo III: “Do Banco da Bahia”; capítulo IV: “Do Banco do Maranhão”; capítulo IV: “Do Banco do Pará”, e capítulo VI: “Do Banco, ou Caixa de Socorro Provincial de Pernambuco”.

fato moeda e exerciam um importante papel na economia. Não obstante, essas emissões deveriam ser regulamentadas pelo governo para que não viessem gerar um caos monetário.

Nenhum historiador econômico que se proponha a investigar a evolução das idéias econômicas do país pode prescindir de um estudo aprofundado da obra de Souza Franco. Contrário às idéias predominantes em seu tempo ele advoga a emissão de papel-moeda e enfatiza a importância dos bancos na oferta de moeda e no processo de crescimento da economia brasileira.

A *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil desde a sua Fundação* de Liberato de Castro Carreira é outro livro de consulta obrigatória para qualquer pesquisador que investigue as políticas fiscais e monetárias do Império.<sup>6</sup> Na introdução de sua obra, publicada pela primeira vez no último ano do Império, o autor explicita sua posição sobre o que considera uma administração sadia das finanças de um país e dá também “uma idéia geral da organização do nosso orçamento e de sua marcha no Parlamento”, explanação de grande utilidade para um pesquisador que investigue pela primeira vez a história financeira do Império. No que tange à administração das finanças ele deixa clara a importância de um orçamento bem feito que ajuste as despesas às receitas, embora considere justificado a utilização do crédito para financiar déficits fortuitos.<sup>7</sup> Ao longo de sua obra o autor examina o desempenho da administração financeira ano a ano, dando inicialmente uma idéia geral da situação financeira do país com base nos Relatórios apresentados pelo encarregado da Pasta da Fazenda ao corpo legislativo. Essa explanação é seguida da apresentação mais ou menos detalhada do orçamento do período, e do balanço do exercício findo, com a reprodução de leis e decretos relativos a alterações introduzidas na política fiscal e monetária.

O livro de Amaro Cavalcanti publicado em 1891, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, é considerado “o primeiro trabalho com pretensões a um balanço crítico do estados das finanças monárquicas, logo após o advento do regime republicano (1890)”.<sup>8</sup> Nesse trabalho, Cavalcanti tem sido acusado de ter se apoiado na obra de L. C. Carreira sem, entretanto, citá-lo: “A verdade é que a maioria, senão a quase totalidade, dos quadros e tabelas estatísticas já tinham sido ordenados e divulgados por

<sup>6</sup> Liberato de Castro Carreira, *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil desde a sua Fundação*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1889.

<sup>7</sup> Liberato de Castro Carreira, *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*, Senado Federal, Brasília e Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1980, Introdução, pp. 17-90.

<sup>8</sup> L. Castro Carreira, *História Financeira*, *op. cit.*, Luiz Viana Filho, Introdução, p. 9.

Liberato de Castro Carreira.”<sup>9</sup> A obra mais conhecida do autor é, sem dúvida, *O Meio Circulante Nacional* que reproduz uma rica documentação relativa à política monetária do século XIX e tem sido uma fonte exaustivamente usada por pesquisadores.<sup>10</sup>

*Fontes secundárias publicadas no século XX:  
antes da primeira guerra e na década de 20 do século passado*

A primeira história da moeda no Brasil, editada, em francês, pela Imprensa Nacional em 1910 foi escrita por J. Pandiá Calógeras sob o título *La Politique Monétaire du Brésil*.<sup>11</sup> Esse livro, que veio a se tornar uma obra clássica da história monetária brasileira, foi encomendado pelo então ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco para ser apresentado à Quarta Conferência Pan-Americana a ser realizada em Buenos Aires em 1910.<sup>12</sup> Essa obra é dividida em duas partes, “No Império” e “Na República” e se baseia em farta documentação relativa à legislação, ordens administrativas, decisões, orçamento e balanço de receitas e despesas do governo central. Infelizmente, entretanto, os dados apresentados pelo autor não especificam as fontes utilizadas.

A primeira metade da década de vinte foi surpreendentemente rica em trabalhos sobre o problema monetário no Brasil, a maioria deles apresentando um retrospecto, mais ou menos detalhado, da história da moeda no período Imperial. Dente as obras publicadas nesse período há que se destacar as de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, *Finanças e Financistas*, e *Bancos de Emissão no Brasil*, publicadas respectivamente em 1922 e 1923; *A Anarquia Monetária e suas Conseqüências* de Carlos Inglês de Souza, publicada em Monteiro Lobato Cia, São Paulo 1924; e a história do Banco do Brasil de Vitor Viana em 1926.<sup>13</sup>

<sup>9</sup> *Ibid.*

<sup>10</sup> Amaro Cavalcanti, *O Meio Circulante Nacional*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1893, 2 vols.

<sup>11</sup> J. Pandiá Calógeras representante do estado de Minas Gerais em várias legislaturas do Congresso Nacional veio a ser ministro da Agricultura em 1914, ministro da Fazenda em 1916 e ministro da Guerra em 1919.

<sup>12</sup> José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco foi ministro das Relações Exteriores a partir do governo Rodrigues Alves e até o ano de 1912 quando faleceu. As circunstâncias em que foi encomendada essa obra a Pandiá Calógeras são relatadas pelo autor em carta a Gastão da Cunha reproduzida parcialmente na edição em português editada em 1960. J. Pandiá Calógeras, *A Política Monetária do Brasil*, tradução de Thomaz Newlands Neto, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1960.

<sup>13</sup> Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, *Finanças e Financistas*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1922; *Bancos de Emissão no Brasil*, Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, 1923; Carlos Inglês de

### *Séries monetárias*

Como foi dito no início do trabalho não há séries monetárias oficiais para todo o período do Império. Não obstante, dados sobre determinados anos e/ou períodos podem ser obtidos em fontes oficiais e secundárias.

Entretanto, a partir de 1976 o pesquisador em história da moeda passou a contar com séries monetárias bastante compiladas por C. M. Peláez e Wilson Suzigan.<sup>14</sup> Em 1986 essas séries foram revistas e ampliadas por Wilson Suzigan que manteve as mesmas fontes e metodologia para o período do Império.<sup>15</sup>

Na primeira tabela, W. Suzigan decompõe a moeda manual nos anos 1810-1845 em: papel-moeda emitido, Caixa do Banco do Brasil, Caixa dos bancos comerciais e papel-moeda em poder do público. A partir de 1852 os dados são trimestrais.<sup>16</sup> A segunda tabela apresenta a composição da moeda escritural e calcula os meios de pagamento de acordo com os critérios, M1 e M2 para o período 1839-1945. A tabela que se segue apresenta o total relativo aos encaixes dos bancos comerciais e a última tabela cobrindo os anos do Império e se estendendo até 1945 discrimina os saldos do papel-moeda emitido no fim do período de acordo com os órgãos emissores.

As fontes usadas pelo autor para o período do Império foram:<sup>17</sup>

- a) *Relatório da Comissão de Inquérito nomeada por Aviso de 10/10/ 1859*, Rio de Janeiro, sem data e sem editora;
- b) *Legislação sobre Papel-Moeda*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1923;
- c) Caixa de Amortização, *Relatório de 1931*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1932;
- d) Ministério da Fazenda, *Relatórios (1861 a 1889, quadros do anexo estatístico)*;

---

Souza, *A Anarquia Monetária e suas Consequências*, Monteiro Lobato Cia, São Paulo, 1924; Victor Viana, *O Banco do Brasil: sua Formação, seu Engrandecimento, sua Missão Nacional*, Tipografia do Jornal do Comercio, Rio de Janeiro, 1926.

<sup>14</sup> Carlos M. Peláez e Wilson Suzigan, *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituição monetária*, Instituto de Pesquisas (INPES) do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Rio de Janeiro, 1976 (Série Monográfica 23). Obra reeditada com o nome de *História Monetária do Brasil* pela Editora Universidade de Brasília, Brasília, em 1981.

<sup>15</sup> Wilson Suzigan (org.), "Moeda e Sistema Bancário" em Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Séries Estatísticas Retrospectivas*, vol. 3, seção 10, pp. 465-510.

<sup>16</sup> *Ibid.*, "10.1 Composição da Moeda Manual 1810-1945", pp. 481-486.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 470.

e) Balanços do Banco do Brasil e dos bancos comerciais publicados no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.<sup>18</sup>

Um exame da origem e natureza dos dados relativos ao papel-moeda emitido nesse período revela as vicissitudes da política monetária na primeira metade do século XIX. De fato, com explicita o autor, os dados relativos aos anos 1810 a 1828 se referem ao papel-moeda emitido pelo Primeiro Banco do Brasil, banco fundado sobretudo para arcar com as despesas da Corte e da Administração. De fato, o alvará da fundação desse banco, de 12 de outubro de 1808, é de “esplêndida franqueza quanto às necessidade do erário”<sup>19</sup> que a nova instituição deveria atender. Dentre os motivos explicitados no alvará de criação: “sou servido ordenar que nesta capital se estabeleça um banco publico que na forma dos estatutos que com este baixam [...] promova a industria nacional pelo giro e combinação dos capitais isolados, e facilite juntamente os meios e os recursos, de que as minhas rendas Reaes e as publicas necessitarem para ocorrer as despezas do Estado”.<sup>20</sup>

A utilização do Banco do Brasil como provedor de fundos para o governo criou crescentes dificuldades a seu funcionamento e a 23 de setembro de 1829 o Banco do Brasil teve sua liquidação decretada por lei. A emissão do banco passou a ser, então, substituída por notas emitidas pelo Tesouro.

Com a liquidação do Banco do Brasil o Tesouro passou a monopolizar a emissão de papel-moeda permanecendo a cunhagem de moedas restrita à Casa de Moeda. Tal arranjo se mostrou, entretanto, inadequado em relação às necessidades das províncias que reclamavam da escassez de meio circulante. O problema foi resolvido, em parte pelo estabelecimento de bancos particulares com direito a emissão de vales.

Assim, entre 1830 e 1834 o Tesouro foi o único emissor de papel-moeda. A partir da década de quarenta ele passou a compartilhar essa função com bancos particulares. Em 1851 o novo Banco do Brasil se junta ao Tesouro e bancos privados na função de emitir papel-moeda situação essa que permaneceria até a República.

A despeito do inestimável valor das séries monetárias compiladas inicialmente por Peláez e Suzigan e revistas mais tarde por Suzigan, elas ainda deixam espaço para revisões.

<sup>18</sup> As fontes usadas por Suzigan em 1986 são as mesmas usadas por Peláez e Suzigan em 1976: Peláez e Suzigan, *Historia*, *op. cit.*, p. 368, e Suzigan, “Moeda e Sistema Bancário”, *op. cit.*, p. 470.

<sup>19</sup> Viana, *O Banco*, *op. cit.*, p. 82.

<sup>20</sup> Alvará transcrito em Viana, *op. cit.*, pp. 82-85.

O pesquisador deve estar, por exemplo, atento ao fato de que as séries apresentadas não incluem as moedas metálicas apesar de dados oficiais sobre as moedas cunhadas no período 1822-1888 serem disponíveis.<sup>21</sup> As justificativas para a não inclusão dessas moedas apresentadas por Villela e Suzigan não são convincentes.<sup>22</sup>

Cabe ainda ao pesquisador observar que os dados anuais apresentados por Suzigan na tabela “Composição da Moeda Manual 1810-1945”, na coluna intitulada “Papel-moeda emitido” se referem ao saldo do papel emitido em circulação e não ao papel-moeda emitido. De fato, segundo essa tabela, o Banco do Brasil teria emitido 60 contos de réis em 1812. Dados do banco entretanto mostram que nesse ano o banco não realizou emissões mas apenas procedeu ao recolhimento de papel-moeda no valor de 44.2 contos. Como o saldo das notas emitidas em 1811 era 104.2 contos houve, de fato, uma redução do papel-moeda emitido.<sup>23</sup> De fato, as emissões do primeiro Banco do Brasil eram em alguns períodos contrabalançadas por operações de recolhimento de papel-moeda.

Surpreendentemente os dados relativos às emissões do Tesouro na década dos trinta são em sua maioria estimados. Assim os dados para o período 1831-1834 foram estimados supondo-se que as emissões do Tesouro tivessem sido equivalentes ao valor das notas do Banco do Brasil que iam sendo retiradas da circulação. Se tal suposição fosse verdadeira seria de se esperar que o saldo de papel-moeda emitido tivesse permanecido relativamente constante. Não é o que mostram os dados. O saldo médio do período 1827-1830 é de 21 000 cruzeiros e em 1831-1834 é de 29 100 cruzeiros, o que corresponde a uma expansão monetária de 38.6% no curto espaço de quatro anos.

Já os dados para 1836-1837 e 1839 foram calculados com base em interpolações lineares. Ora, em meados da década de trinta, houve uma preocupação com a excessiva circulação de papel-moeda como fica claro pelas leituras dos relatórios dos conselheiros encarregados da Pasta da Fazenda e apresentados nesses anos à Assembléia Geral.<sup>24</sup> Tal preocupação resultou na implementação de medidas de política monetária destinadas a reduzir o papel-moeda em circulação. É possível pois que os

<sup>21</sup> Conforme informação dos autores em Peláez e Suzigan, *Historia, op. cit.*, p. 367. Calógeras, *A política, op. cit.*, pp. 80, 88-89, apresenta dados relativos às emissões de moedas metálicas para o período 1809 a 1910. Infelizmente o autor não cita a fonte.

<sup>22</sup> Peláez e Suzigan, *op.cit.*, p. 367.

<sup>23</sup> O pesquisador deve examinar os dados da tabela “Resumo das Operações do 1º Banco do Brasil” em Calógeras, *A política, op. cit.*, pp. 36-37.

<sup>24</sup> Sobre as referências desses relatórios à situação monetária do país e às medidas que deveriam ser tomadas, ver Castro Carreira, *História financeira, op. cit.*, pp. 238-259.

dados estimados por interpolação venham a superestimar as emissões de papel-moeda do período.

Cabe também lembrar que os dados fornecidos pelos Relatórios dos Negócios da Fazenda devem ser usados com cautela. Isso porque a pressa dos encarregados dessa Pasta em informar a Assembléia Geral dos resultados obtidos em exercícios findos eram muitas vezes dados preliminares que viriam a ser modificados em séries publicadas posteriormente.

Ainda há muito o que ser investigado na história da política monetária implementada no Império e essa investigação – dada a dependência da economia brasileira em relação ao comércio internacional à época – pode contribuir para um melhor entendimento das questões monetárias atuais.